

Área 5: Setor Público.

A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais

Fernanda Ledo Marciniuk*

Resumo

Este artigo analisa empiricamente o efeito potencial do fim da reeleição para o executivo brasileiro sobre as finanças públicas municipais. Um estudo econométrico baseado em dados em painéis dos municípios brasileiros de 2001 a 2012 indica que prefeitos em primeiro mandato e que concorreram à reeleição apresentaram comportamento fiscal mais responsável que prefeitos em segundo mandato ou prefeitos em primeiro mandato, mas que não concorreram à reeleição. O resultado encontrado confirma literatura teórica existente que sugere que a reeleição funciona como um instrumento de controle dos eleitores sobre o comportamento fiscal dos políticos eleitos para cargos do executivo e chama a atenção para o risco de maior deterioração das finanças públicas subnacionais caso a reeleição seja proibida no país.

Palavras Chaves: Reelection, Controle Eleitoral, Política Fiscal Subnacional, Resultado Primário, dados em painel.

Abstract

This paper does an empirical investigation on the potential effect of the end of the executive branch's reelection on townships public finances. An econometric procedure based on a panel of Brazilian cities from the year 2001 up to 2012 shows that first-term mayors that compete for reelection are more responsible with the city budget when compared to second-term mayors or first-term mayors that don't compete for reelection. This result confirms the existing theoretical work, which suggests that reelection works as an instrument of voters to control the budgetary behavior of elected officials at the executive branch. Moreover, it highlights the risk of excessive subnational budgetary deficits in case reelection is forbidden.

Keywords: Reelection, electoral control, subnational fiscal policy, primary result, panel data.

1. Introdução

A reforma política é um dos assuntos mais recorrentes e debatidos no Brasil. As discussões sobre o tema abrangem várias propostas que visam, em geral, alterar as regras de funcionamento dos partidos políticos, das eleições e do Congresso Nacional a partir do entendimento de que o sistema político vigente prejudica a governabilidade e estimula a corrupção e o agigantamento do Estado. Motiva ainda a discussão os prováveis efeitos causados pela reforma nas contas públicas tanto de ordem nacional quanto de ordem local. Importante frisar que reformas sempre geram incertezas, e estas podem reduzir o escopo da mudança.

No epicentro desse debate encontra-se o instituto da reeleição para chefes do Executivo. Para seus críticos, a alternância de poder e a limitação temporal são apontadas como garantia contra os poderes excepcionais do titular. Ademais, os opositores da reeleição alegam que esta fere o princípio de igualdade nas condições de competição política. O principal argumento, conhecido na literatura como “*incumbency effect*” ou “efeito titular”, é que o candidato titular (aquele que já ocupa cargo Executivo e se candidata à reeleição) entra na disputa em condições mais favoráveis do que seus concorrentes, pois, além de possuir maior visibilidade política, tem a estrutura administrativa - em particular os recursos públicos - à sua disposição. Dessa forma, os chefes do Poder Executivo podem se aproveitar desses privilégios com atividades que visam a sua autopromoção, tais como, a propagação de notícias favoráveis ao governo em veículos de informação públicos, a participação em eventos, o aumento do quadro de funcionários diretamente ligados ao governante. Neste contexto, a reeleição geraria um aumento irresponsável nos gastos em municípios com prefeitos com intenção de se candidatar à próxima eleição (BRAMBOR & CENEVIVA, 2012).

Durante as eleições presidenciais de 2014, discussões sobre reforma política em geral e, em especial, o fim da reeleição, foram motivo de muitos debates e esta foi publicamente defendida pelos presidentiáveis Marina Silva e Aécio Neves que acreditam que este instituto se revelou mais prejudicial que benéfico ao país. Após as eleições, a discussão sobre a reforma política retornou à agenda com força total. A proposta referente ao fim da reeleição para os cargos do Executivo foi aprovada no plenário da Câmara dos Deputados em primeiro turno com 452 votos favoráveis, 19 contrários e 1 abstenção. Além da rejeição da continuidade desse instituto pelo Legislativo, uma pesquisa apresentada pelo Datafolha feita em 2015 infere que 67% dos brasileiros também demonstram serem contrários a esse instituto para o chefe do Executivo nacional, 65% para os governadores e 64% para os prefeitos (DATAFOLHA, 2015).

Por outro lado, aqueles favoráveis à reeleição defendem que o mandato único limita a capacidade de realização de serviços e obras públicas, estimula a descontinuidade na administração pública e despreza a experiência acumulada pelo chefe do Executivo. Ademais, afirmam que a reeleição funciona como um mecanismo de controle e punição do mau governante (NERY, 2015).

De fato, há argumentos teóricos que defendem a reeleição como um mecanismo gerador de transparência e de controle democrático. A literatura sobre controle eleitoral sugere que a reeleição é um instrumento disciplinador do comportamento oportunista e autointeressado dos governantes. Os precursores dessa linha de pesquisa defendem a reeleição como um instrumento efetivo contra a corrupção e argumentam que os

incumbentes desonestos, com o intuito de comportar-se como políticos honestos e também com o intuito de maximizar suas chances de reeleição, tendem a postergar a sua extração de renda privada decorrente do superfaturamento de obras, por exemplo, do primeiro para o segundo mandato (BARRO, 1973; FEREJOHN, 1986). Isto ocorre pois, de acordo com esta teoria, os eleitores punem políticos que adotam práticas contrárias ao interesse público por meio do voto, o que faz que os titulares interessados em retornar ao cargo de chefe do Executivo se comportem mais proximamente ao interesse dos eleitores.

No caso particular da condução da política fiscal, vários trabalhos evidenciam teórica e empiricamente que a perspectiva de reeleição tende a aumentar a responsabilidade fiscal do governante (BESLEY & CASE, 1995; MENEGUIN & BUGARIN, 2001; MENEGUIN, BUGARIN & CARVALHO, 2005). Os autores Meneguín e Bugarin (2001) contribuem para a literatura de controle eleitoral com a construção de um modelo dinâmico que mede o efeito da reeleição nas decisões referentes aos gastos governamentais nos governos subnacionais brasileiros. Os autores demonstram que existe uma diminuição do benefício marginal do déficit no primeiro mandato quando a reeleição é certa e argumentam que quanto maior a probabilidade de reeleição, menor a disposição a se ter despesas superiores às receitas, pois os encargos do déficit serão suportados pelo próprio governador em um mandato posterior. Em suma, os autores concluem que quanto maior a chance de reeleição, menor será a disposição do governante para manter déficits fiscais, pois os encargos desses déficits recairão sobre seu próximo mandato.

Outro problema apontado sugere que a visibilidade do titular do cargo dificulta a entrada de outros candidatos na competição e, de certa forma, reduz as preocupações e expectativas sobre a disputa de votos pelo atual governante (STONECASH, 2008). De acordo com Griffin (2006), a competição eleitoral tem o papel de influenciar o político a buscar um melhor desempenho de suas funções e a expectativa de que a eleição seja vencida com facilidade poderá diminuir a representação e responsabilidade com suas políticas de governo.

Diante da discussão apresentada surge, naturalmente, a questão: qual será o efeito gerado com o fim da reeleição sobre a condução da política fiscal no país? Ao se alterar o sistema eleitoral vigente, os entes governamentais sofrerão influência sobre o modo como os governantes conduzem suas contas fiscais? Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é estimar o efeito da reeleição sobre o equilíbrio fiscal dos municípios brasileiros. Para tanto, parte-se do pressuposto de que os prefeitos são agentes públicos capazes de influenciar o desempenho da política fiscal do município por meio do controle das receitas (com o aumento ou corte de tributos municipais) e das despesas públicas (com a promoção de gastos públicos). Com base na análise de painéis do comportamento fiscal dos municípios brasileiros de 2001 a 2012, este trabalho apresenta evidência econométrica que apoia a hipótese do controle eleitoral e conclui que prefeitos em primeiro mandato que concorrem à reeleição apresentam melhor desempenho fiscal que aqueles em segundo mandato e mesmo que aqueles em primeiro mandato, mas que não concorrem à reeleição.

Esse achado é particularmente importante neste momento em que caminhamos para a aprovação no Congresso do fim do instituto da reeleição. De fato, o fim da reeleição pode trazer consigo como consequência adversa o aumento do gasto público justamente quando o país necessita urgentemente de maior disciplina fiscal dos governos em ambiente de recessão generalizada.

O restante do trabalho encontra-se dividido conforme descrito a seguir. A próxima seção conduz uma breve discussão sobre a reeleição subnacional no Brasil. As seções 3

e 4, as principais contribuições deste capítulo, apresentam o estudo econométrico pertinente e seus resultados. Por fim, a seção 5, apresenta as conclusões deste trabalho.

2. Análises descritivas sobre reeleição subnacional no Brasil

No Brasil, a Emenda nº 16 à Constituição, que institui a reeleição para mais um único mandato dos chefes do Executivo, foi promulgada em 1997. Desde então, cinco eleições presidenciais/ estaduais e quatro eleições municipais foram realizadas em que os chefes do Executivo puderam concorrer a mais de um mandato do exercício do cargo. Os resultados nacionais e estaduais das eleições apresentam um alto índice de continuísmo, isto é, 100% dos candidatos à presidência tentaram e obtiveram sucesso, assim como 80% dos governadores estaduais em média foram reeleitos.

No que tange aos municípios, o índice de recondução do mandato do chefe do Executivo é mais moderado quando comparamos aos valores dos outros níveis de governo. Temos que, em média, 70% dos prefeitos de primeiro mandato tentam a reeleição e destes apenas 60% retornam ao cargo. Pode-se notar na Tabela 1 que a quantidade relativa¹ de prefeitos que tentam a reeleição é crescente, chegando a 78,6% em 2008 e com um pequeno decréscimo em 2012. Já o sucesso desses candidatos se manteve constante nas duas primeiras eleições, obteve um crescimento em 2008 e um decréscimo expressivo em 2012.

Nota-se que em 2000, na primeira eleição municipal sob a vigência da emenda constitucional da reeleição, apesar de todos os 5.558 prefeitos estarem habilitados a entrar na disputa do segundo mandato, apenas 3.448 concorreram (62%) e destes 2.006 obtiveram sucesso nas urnas (58,2%). Já em 2008, o número de prefeitos aptos era 4.368 sendo que 78,6% se tornaram candidatos e 65,9% ganharam o pleito. Isto significa que entre 2009 e 2012 41% do total dos municípios brasileiros foi comandado por prefeitos em segundo mandato. No entanto, observa-se que na eleição subsequente há um decréscimo considerável no indicador de sucesso.

Tabela 1 – Número de candidatos e respectivo sucesso nas urnas nas eleições municipais de 2000 a 2012

Ano Eleitoral	Prefeitos aptos a se candidatarem (nº)	Prefeitos candidatos (nº)	Prefeitos candidatos (%relativo)/ ¹	Prefeitos candidatos (% total)/ ²	Sucesso (nº)	Sucesso sobre candidatos/ ³	Sucesso sobre total prefeitos/ ⁴
2000	5558	3448	62,0%	62,0%	2006	58,2%	36%
2004	3556	2251	63,3%	41,0%	1310	58,2%	24%
2008	4368	3435	78,6%	62,0%	2266	65,9%	41%
2012	3659	2736	74,8%	49,0%	1505	55,0%	28%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2016).

¹ Prefeitos candidatos (%relativo) é calculado como a razão entre Prefeitos candidatos pelos Prefeitos aptos a se candidatarem.

² Prefeitos candidatos (%total) é calculado como a razão entre Prefeitos candidatos e o número total de candidatos, isto é, 5558 prefeitos.

³ Sucesso sobre candidatos é calculado como a razão entre Sucesso e Prefeitos candidatos.

⁴ Sucesso sobre total de prefeitos é calculado como a razão entre Sucesso e o número total de prefeitos, isto é, 5558 prefeitos.

¹ Razão entre a quantidade de prefeitos candidatos pela quantidade de prefeitos aptos a se candidatar.

Prefeitos no fim do primeiro mandato eletivo possuem algumas opções, tais como abandonar a carreira, candidatar-se a vereador, esperar o próximo pleito estadual/nacional ou candidatar-se à reeleição. Em resumo, independente das motivações, tais políticos possuem apenas duas opções: candidatar-se ou não ao novo mandato. Supondo que o governante deseja reeleger-se, ele necessariamente precisa garantir sua candidatura e, para isso, ele precisa evitar que seu partido indique outro candidato com maior força política ou com menor desgaste político ou ainda, evitar que as instituições públicas cassem seu mandato (câmaras de vereadores, órgãos de controle interno dentre outros) (MENDES & ROCHA, 2004). Desse modo, o sucesso nas urnas, em princípio, dependerá do êxito no esforço para tornar-se candidato e, então, uma má avaliação perante o eleitorado poderá repercutir não só na disputa eleitoral propriamente dita, mas também na briga para a escolha do candidato representante do partido. Dessa forma, pode-se supor que prefeitos em primeiro mandato que possuem expectativas de se reeleger possam ter um comportamento diferenciado dos prefeitos em primeiro mandato que não possuem essa expectativa.

3. Análise econométrica: o efeito da reeleição sobre o comportamento fiscal nos municípios

Com o intuito de estudar as influências políticas e institucionais sofridas pela política fiscal municipal, este trabalho pretende analisar empiricamente a influência da reeleição do Executivo local na sustentabilidade fiscal do ente. Com esse objetivo, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: prefeitos em primeiro mandato com expectativas de reeleição são mais cautelosos com as finanças públicas municipais do que seus pares de segundo mandato, ou mesmo os que estão em primeiro mandato sem perspectivas de reeleição? Além dessa análise principal, pretende-se analisar se esse desempenho fiscal é também influenciado por outras condições políticas do ente (a existência de um concorrente com força política, o apoio do governador do estado, o apoio do presidente da república e a fragmentação do Legislativo local), pelas características locais do município (taxa de analfabetismo, taxa de mortalidade e proporção da população economicamente ativa), pelas características institucionais (limites orçamentários dados pela Lei de Responsabilidade Fiscal) e pelas características pessoais do prefeito (idade, grau de instrução e sexo).

Dentre as várias formas de se medir o desempenho governamental, optou-se por utilizar medidas de contas primárias, pois são consideradas um dos principais indicadores utilizados pelo governo brasileiro. Segundo Alesina e Perotti (1995), o resultado Primário tem como vantagem sua simplicidade, apesar da desvantagem de não considerar a influência de flutuações cíclicas sobre as distintas categorias de receitas e despesas que o definem. Para tentar minimizar esse problema, a razão resultado primário sobre Produto Interno Bruto (PIB) municipal também será analisada em conjunto com outras regressões que serão usadas como parâmetro de comparação: a razão receita primária pelo PIB municipal e a razão despesa primária pelo PIB municipal.

O conjunto de dados dessa investigação abrange a grande maioria das cidades brasileiras. Mas, levando-se em consideração que o quantitativo de declarações financeiras dos municípios no relatório *Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios* (FINBRA) não é constante ao longo dos anos, optou-se pela análise de painéis de dados não balanceados. Segundo Wooldridge (2006), a utilização de painéis desbalanceados não causará problemas caso o motivo para a falta de dados não esteja correlacionada com os erros idiossincráticos.

Neste trabalho optou-se por avaliar os possíveis impactos da reeleição na gestão fiscal municipal por dois enfoques distintos: modelos clássicos de dados em painel e uma análise utilizando a metodologia de diferenças em diferenças. As variáveis dependentes (Fis_{it}) medem a saúde fiscal do município i no ano t e os coeficientes das variáveis que identificam os prefeitos de primeiro mandato com expectativas de reeleição e os prefeitos de primeiro mandato sem expectativas eleitorais, G_1 e G_2 respectivamente, que são os parâmetros de interesse do trabalho.

A Figura 1 mostra a divisão em quatro grupos de prefeitos utilizada nas análises econométricas desse capítulo:

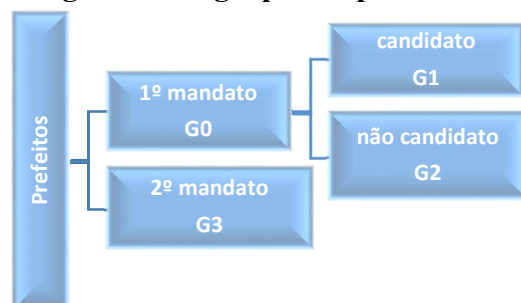
G_0 – Grupo dos prefeitos em primeiro mandato.

G_1 – Grupo dos prefeitos de primeiro mandato que tentaram reeleição ($G_1 \subset G_0$).

G_2 – Grupo dos prefeitos de primeiro mandato que não tentaram a reeleição na eleição subsequente ($G_2 \subset G_0$).

G_3 – Grupo dos prefeitos que estão em segundo mandato ($G_3 \cap G_0 = \emptyset$).

Figura 1 – Diagrama dos grupos de prefeitos usados da análise



Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, a variável *dummy* G_1 será igual a 1 se o prefeito é de primeiro mandato e, além disso, se ele será candidato a reeleição na próxima eleição, e 0 caso contrário. Essa variável é uma *proxy* para prefeitos de primeiro mandato com expectativas de se reeleger na próxima eleição. A variável *dummy* G_2 será igual a 1 se o prefeito é de primeiro mandato e, no entanto, não tentou a reeleição, e 0 caso contrário. Essa variável será uma *proxy* para os prefeitos de primeiro mandato que não vislumbram um segundo mandato no cargo. A variável G_3 é a variável oculta correspondente aos prefeitos em segundo mandato que por lei não podem se candidatar à reeleição. Portanto, uma significância estatística em qualquer dos coeficientes das variáveis G_1 ou G_2 significa um comportamento distinto do prefeito em primeiro mandato em comparação com o prefeito em segundo mandato.

Para as duas estratégias empíricas, espera-se que a variável G_1 apresente um efeito positivo sobre o saldo do resultado primário, indicando a capacidade de os governos gerarem receitas em volume suficiente para pagarem suas contas usuais sem comprometer as contas do próximo mandato. Já para os prefeitos em G_2 o efeito esperado é inexistente, ou seja, prefeitos em primeiro mandato que não vislumbram reeleição se comportam como prefeitos em segundo mandato que não podem ser reeleitos.

3.1 Variável dependente

O resultado primário é considerado um dos melhores sinalizadores da saúde financeira do governo e objetiva medir o comportamento fiscal do governo durante o exercício. De acordo com Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008), a apuração dessa conta avalia a sustentabilidade da política fiscal, ou seja, a capacidade de geração de receitas

em volume suficiente para pagar suas contas usuais (despesas correntes e investimentos), sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente.

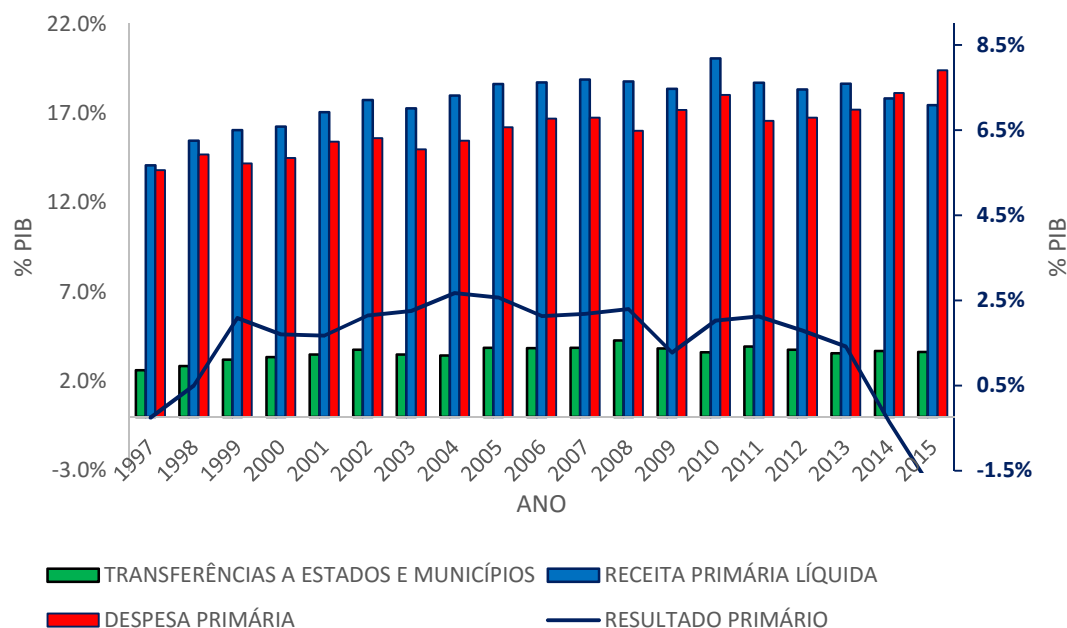
Este resultado é definido como a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias. Entende-se por receita primária (ou receita não financeira), aquelas decorrentes da atividade fiscal do governo, incluindo, entre outras, as receitas tributárias e de contribuições sociais e aquelas condicionadas à aprovação de dispositivos legais das quais se subtraem as receitas financeiras (receitas derivadas de aplicações no mercado financeiro e de privatizações, bem como a rolagem e emissão de títulos). Da mesma forma, por despesas primárias (ou despesas não financeiras) entende-se o total das despesas orçamentárias (correntes e de capital) deduzidas as despesas financeiras, ou seja, subtraem-se os encargos e amortização da dívida.

Por não considerar os encargos da dívida existente, o resultado primário evidencia o esforço fiscal do setor público sem considerar as ações financeiras incorridas nos anos anteriores, já que as despesas líquidas com juros dependem do estoque total da dívida pública e das taxas de juros que incidem sobre esse estoque. Assim, a inclusão dos juros no cálculo dificulta a mensuração do efeito da política fiscal executada pelo governo, motivo pelo qual se calcula o resultado primário do setor público. Em resumo, sua finalidade é verificar se os níveis dos gastos orçamentários do governo são compatíveis com a arrecadação e, sobretudo, se os recursos são capazes de garantir o pagamento das dívidas de longo prazo. Se o setor público gasta menos do que arrecada, sem considerar as taxas de juros incorridas sobre a dívida existente, há superávit primário. Caso contrário, há déficit primário.

A situação financeira atual dos estados e municípios brasileiros é considerada bastante grave. Apesar da visível variação nos resultados das finanças das prefeituras e dos governos estaduais, o cenário global é de receitas em queda – em especial por causa da redução da atividade econômica – e de orçamentos fortemente comprometidos com folhas de pessoal e pagamentos de encargos financeiros, entre eles a dívida com a própria União.

As contas do setor público consolidado – que englobam a União, os estados, os municípios e as empresas estatais – registraram recentemente um caminho de queda nos resultados das contas primárias. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, essas contas registraram um déficit primário em 2014 depois de vários anos de contas primárias positivas. Grande parte do mau desempenho do resultado primário do setor público consolidado é influenciada pelos baixos resultados do governo federal. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (Gráfico 1), a União registrou em 2011 um decréscimo de seu resultado primário e o pior resultado desde 1998 foi registrado em 2014 com -0.37% do Produto Interno Bruto nacional.

Gráfico 1 – Resultados primários do governo federal (em proporção ao Produto Interno Bruto – PIB) 1997-2015



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015).

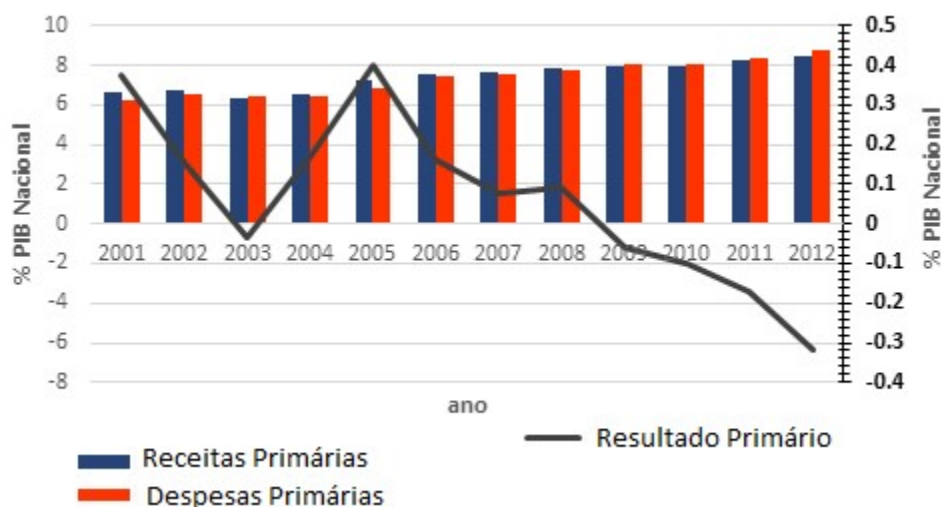
Notas: O gráfico apresenta dois eixos. O eixo principal (lado esquerdo do gráfico) se refere às despesas primárias, às receitas primárias e ao investimento pelo PIB nacional (%). O eixo secundário (lado direito do gráfico) se refere ao resultado primário, também em razão do PIB nacional (%).

A deterioração das contas públicas no âmbito dos estados e municípios também teve uma grande influência negativa no mau desempenho apresentado pelo setor público consolidado. De acordo com Mendes (2013), a partir de 2012 o governo federal começou a flexibilizar os seus pareceres acerca da capacidade de endividamento dos estados e permitiu o endividamento de entes que já estavam bastante endividados. Essa flexibilização teve a intenção de estimular o crescimento econômico por meio do aumento de investimentos em infraestrutura. Contudo, levou a uma deterioração das condições fiscais dos estados sem necessariamente produzir ganhos substanciais na qualidade de infraestrutura. Outro fator importante para essa deterioração mais geral foi o efeito das reduções de arrecadação de tributos que foi muito afetada pelas desonerações de tributos anunciadas nos últimos anos pelo governo federal (MARTELLO, 2015). As desonerações federais têm um impacto visível nas contas estaduais. Entre 2008 e 2013 significaram R\$ 229 bilhões de reais a menos para os estados, o que impacta diretamente os resultados fiscais dos governos subnacionais.

A deterioração das contas públicas estaduais e municipais também afetou o mau resultado apresentado pelo setor público consolidado. Nota-se no Gráfico 2 que os municípios atingiram o maior nível de superávit primário do período analisado no ano 2005 com 0.4% do PIB nacional – quase 0,5 pontos percentuais acima do observado no ano de 2003. Depois de 2005, os municípios apresentaram uma tendência de decréscimo chegando a -0.3% do PIB nacional no ano de 2012. Entre os anos 2008 e 2009 nota-se que os municípios, em média, saíram de uma posição poupadora para uma posição deficitária e essa tendência de decaimento seguiu até o ano 2012. Pode-se inferir do Gráfico 2 que, assim como a União, essa deterioração fiscal que começa em 2008 ocorreu pela combinação de um menor dinamismo das receitas com a manutenção do crescimento das despesas em patamar mais elevado. Tanto as receitas quanto as despesas primárias apresentam nitidamente uma

tendência de crescimento e ambas saem de um valor de pouco mais de 6% do PIB nacional em 2001 para mais de 8% do PIB em 2012.

Gráfico 2 – Análise gráfica do resultado primário municipal pelo Produto Interno Bruto (PIB) nacional



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2015).

Nota: O gráfico possui 2 eixos. O eixo principal (lado esquerdo do gráfico) se refere às receitas primárias e às despesas primárias municipais em relação ao PIB nacional (%). O eixo secundário (lado direito do gráfico) se refere ao resultado primário municipal também em relação ao PIB nacional (%).

Tabela 2. Variáveis dependentes utilizadas nos testes empíricos

Variável dependente	Fórmula
Teste 1	$Resultado\ Primário_{it} = \frac{Resultado\ Primário\ Municipal_{it}}{PIB\ municipal}$
Teste 2	$Receita\ Primária_{it} = \frac{Receita\ Primária\ Municipal_{it}}{PIB\ municipal}$
Teste 3	$Despesa\ Primária_{it} = \frac{Despesa\ Primária\ Municipal_{it}}{PIB\ municipal}$

Fonte. Elaborado pelo autor.

3.2 Variáveis de controle

Além do efeito das variáveis de interesse, estamos interessados no efeito parcial das variáveis de controle sobre as variáveis dependentes, e para facilitar as análises, dividimos as variáveis independentes em quatro grupos distintos: outras características políticas, características pessoais do prefeito, características de controle institucional e características sociais. Quadro 1 apresenta um resumo das variáveis de interesse e de controle além do sinal esperado por cada uma delas no modelo referente à variável resultado primário/PIB municipal.

Quadro 1 – Descrição, cálculo e efeito esperado das variáveis de interesse e de controle relacionadas ao modelo resultado primário/Produto Interno Bruto municipal

Variáveis	Descrição das variáveis	Cálculo das variáveis	Sinal esperado
Outras Variáveis Políticas (Outras políticas)			
ICEx	Indicador de competitividade no Executivo local - mede o quanto as disputas para cargos de chefe do Executivo são acirradas em nível municipal.	$ICEx = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_j^2}$	+
Frag.	Indicador de fragmentação no Legislativo local - representa a fragmentação da câmara legislativa municipal e indicará a influência da coesão/dispersão das preferências dos partidos políticos sobre o desempenho fiscal.	$frag\ Legislativo = 1 - \sum_{w=1}^J v_w^2$	-
Part. Pop	Participação popular - proxies para o desinteresse político e para a falta de informação a respeito dos candidatos, pelo eleitorado. O indicador pretende medir se o interesse e a participação dos eleitores possuem algum efeito na execução das políticas fiscais locais.	$Part. Pop = \frac{Votos\ válidos}{Votos\ brancos\ e\ Nulos}$	+
Ideologia	Ideologia partidária – posição ideológica dos partidos.	Tabela dinâmica e classificada de 0 (extrema esquerda) e 10 (extrema direita). ²	+
Id_Pres	Identidade Ideológica com o Presidente – Prefeito e presidente são do mesmo partido	$Id_Pres = \begin{cases} 1 & Partido\ Prefeito = Partido\ Presidente \\ 0 & caso\ contrário \end{cases}$	+
Id_CoaPres	Identidade ideológica com os partidos da coalizão do presidente – partido do prefeito pertence à coalizão dos partidos do Presidente.	$Id_CoaPres = \begin{cases} 1 & Partido\ Prefeito \in Coalizão\ Presidente \\ 0 & caso\ contrário \end{cases}$	+
Id_Gov	Identidade ideológica com o partido do governador – partido do prefeito e o partido do governador são o mesmo.	$Id_Gov = \begin{cases} 1 & Partido\ Prefeito = Partido\ Governador \\ 0 & caso\ contrário \end{cases}$	+
Id_CoaGov	Identidade ideológica com os partidos da coalizão do governador – partido do prefeito pertence à coalizão dos partidos do governador do estado.	$Id_CoaGov = \begin{cases} 1 & Partido\ Prefeito \in Coalizão\ Governador \\ 0 & caso\ contrário \end{cases}$	+
Características Pessoais do Prefeito (Pessoais)			
Idade	Idade do prefeito	Idade do prefeito.	+
Escolaridade	Escolaridade do prefeito	Anos de estudo do prefeito.	+
Sexo Prefeito	Sexo do prefeito	$Sexo = \begin{cases} 1 & Masculino \\ 0 & Feminino \end{cases}$?
Características das Instituições Orçamentárias (Instituições)			
Ind. Receita Própria	Indicador de Receita gerada no município	$Ind. Receita = \frac{Receita\ Própria}{Receita\ Corrente\ Líquida}$	+
Ind. Gasto com Pessoal	Indicador de Gastos com Pessoal no município	$Ind. Pessoal = \frac{Gastos\ com\ Pessoal}{Receita\ Corrente\ Líquida}$	+
Ind. Investimento	Indicador de Gastos com Investimento no município	$Ind. Receita = \frac{Gastos\ com\ Investimento}{Receita\ Corrente\ Líquida}$	+
Ind. Liquidez	Indicador de Liquidez das contas municipais	$Ind. Liquidez = \frac{Restos\ a\ Pagar}{Ativo\ Financeiro}$	+
Ind. Custo Dívida	Indicador de Custo de Dívida do município	$Ind. Custo\ Dívida = \frac{Juros + Amortizações}{Receita\ Líq. Real}$	+
Características Sociais (Sociais)			
Analfa	Taxa de analfabetismo		-
Ind. Pobreza	Indicador de pobreza		-
Tx Morte	Taxa de Mortalidade		-

Fonte: Elaborado pela autora.

² Ver Zucco Jr (2011, 2014) e Zucco Jr. & Powell (2009).

4. Resultados

Nesta seção são apresentadas as estimativas para o impacto nos indicadores de sustentabilidade fiscal. Optou-se pela apresentação desses resultados em subseções distintas para cada uma das estratégias de estimação adotadas: dados em painel clássico e o modelo de diferenças em diferenças.

4.1 Resultados da metodologia tradicional de dados em painel

A utilização da abordagem de dados em painel tem o objetivo de tratar o problema de viés por variável omitida invariantes no tempo sob forma de efeitos individuais. Nesse trabalho, por exemplo, este problema poderia ser encontrado no caso de um município que tenha uma população tradicionalmente atuante e que acompanhe a evolução das contas públicas de perto. No entanto, os modelos de dados em painel não estão isentos de problemas, que inclui o viés de variável omitida variante no tempo, dentre outros. Um exemplo desse problema é a habilidade e a experiência do prefeito e de sua equipe na resolução de problemas de ordem fiscal. Estes problemas de viés por variável omitida variante no tempo não poderão ser capturados pelos métodos tradicionais em dados em painel. Na seção 4.3 propomos um método para tratar parte desse problema.

Nas análises desta seção utilizam-se os modelos de painel com efeitos fixos com erro-padrão robustos à heterocedasticidade descrito abaixo:

$$\begin{aligned} Fiscal_{it} = & \alpha_i + \beta_1 \cdot G1_{it} + \beta_2 \cdot G2_{it} + \gamma \text{Pessoais}_{it} + \delta \text{Outras Políticas}_{it} + \\ & \theta \text{Institucionais}_{it} + \mu \text{Sociais}_{it} + c_i + \epsilon_{it} \end{aligned} \quad (1)$$

A utilização da técnica de efeitos fixos baseia-se no resultado do teste de Hausman: $\chi^2(20) = 825.941$, $\chi^2(22) = 1971.321$, $\chi^2(22) = 4527.100$ para a variável dependente teste 1, teste 2 e teste 3, respectivamente. O resultado dos testes indicam a presença de correlação entre o componente individual (o parâmetro c_i das equação acima) e as variáveis explicativas, de forma que o estimador de efeitos fixos é o mais adequado para estimarmos o modelo. A utilização das estimações considerando erros padrão robustos baseia-se no teste de autocorrelação de Wooldridge (2002), pelo qual rejeita-se a hipótese nula de ausência de autocorrelação. A Tabela 3 sintetiza os diversos coeficientes obtidos para o Teste 1 (*Resultado Primário_{it}*) em cinco contextos distintos: teste 1.1 (sem controles, com *dummies* de tempo e efeitos fixos); teste 1.2 (com controles de variáveis políticas e efeitos fixos); teste 1.3 (com controles de variáveis políticas e pessoais e efeitos fixos); teste 1.4 (com controles de variáveis políticas, pessoais e Institucionais e efeitos fixos) e teste 1.5 (modelo completo, isto é, com controles de variáveis políticas, pessoais, institucionais e sociais e efeitos fixos). Estes testes têm o objetivo de medir a importância dos grupos de covariáveis para a robustez do modelo.

Tabela 3 – Coeficientes obtidos para o modelo 1 de painel com efeitos fixos

Variáveis	Efeitos Fixos				
	Teste 1.1	Teste 1.2	Teste 1.3	Teste 1.4	Teste 1.5
G1	0.0778*** (0.0159)	0.0798*** (0.0180)	0.0856*** (0.0185)	0.0625*** (0.0174)	0.0614*** (0.0173)
G2	0.0556** (0.0245)	0.0372 (0.0291)	0.0374 (0.0291)	-0.000748 (0.0283)	-0.00450 (0.0282)
Outras Políticas¹	N	S	S	S	S
Pessoais²	N	N	S	S	S
Institucionais³	N	N	N	S	S
Sociais⁴	N	N	N	N	S
Ano⁵	S	S	S	S	S
Constante	36.45*** (4.183)	36.04*** (5.06 9)	35.88*** (5.079)	53.48*** (5.481)	121.0*** (8.867)
Observações	54,826	43,876	43,876	43,862	43,683
R2	0.003	0.004	0.004	0.117	0.119
Quantidade Municípios	5,555	5,432	5,432	5,432	5,413

Nota: Erro padrão entre parênteses. * $p < 0.10$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

¹ Variáveis políticas: índice de competitividade política no Executivo, fragmentação do Legislativo, indicador de participação popular e alinhamentos políticos.

² Variáveis pessoais: características pessoais do prefeito - idade do prefeito, grau de instrução e sexo.

³ Variáveis institucionais:

⁴ Variáveis sociais: taxa de analfabetismo, taxa de população economicamente ativa e mortalidade.

⁵ Ano: tendência anual.

O caso do teste 1.1 aponta a existência de um efeito estatisticamente significativo nos dois grupos de prefeitos. Os prefeitos pertencentes à G1 têm em média um aumento de 7% na razão resultado primário sobre Produto Interno Bruto municipal enquanto prefeitos pertencentes à G2 têm em média um aumento de 5.6% nessa mesma razão. Quando se adicionam as variáveis de controle (teste 1.2), as quais também contribuem para explicar o indicador de sustentabilidade fiscal utilizado, o coeficiente para G1 continua significativo e aponta um efeito de 7,98% enquanto que o coeficiente para G2 se torna insignificante estatisticamente. Nota-se que a inclusão dos outros grupos de variáveis de controle mantém a insignificância de G2 e não alteram consideravelmente o coeficiente de G1, sugerindo que o conjunto de controles utilizado possui o potencial de captar razoavelmente bem a heterogeneidade dos entes da amostra, promovendo adequado tratamento ao problema de simultaneidade e indicando a robustez do modelo. Além disso, pode-se inferir dos resultados que um prefeito em primeiro mandato que não se candidata à reeleição conduz uma política fiscal estatisticamente indistinta daquela conduzida por um político em segundo mandato.

Tabela 4 – Estimação do modelo 1 com o uso das variáveis de controle

Variáveis	Teste 1	Teste 2	Teste 3
	<i>Resultado Primário_{it}</i>	<i>Receita Primária_{it}</i>	<i>Despesa Primária_{it}</i>
G1	0.0614*** (0.0173)	0.162*** (0.0538)	0.100* (0.0527)
G2	-0.00450 (0.0282)	-0.0379 (0.0862)	-0.0334 (0.0819)
Ind. de Competitividade no Executivo	-0.00608 (0.0125)	0.00336 (0.0393)	0.00946 (0.0389)
Fracionalização do Legislativo	0.220 (0.154)	-0.0970 (0.494)	-0.317 (0.467)
Ind. de Participação Popular	-0.000966 (0.00139)	0.00357 (0.00476)	0.00453 (0.00458)
Ideologia	-0.00582 (0.00890)	0.105*** (0.0285)	0.111*** (0.0278)
Id. Prefeito e Presidente	0.184*** (0.0347)	0.581*** (0.0888)	0.397*** (0.0851)
Id Prefeito e Coalizão Presidente	0.117*** (0.0307)	0.658*** (0.0868)	0.541*** (0.0830)
Id Prefeito e Governador	-0.0212 (0.0190)	0.0524 (0.0591)	0.0736 (0.0561)
Id Prefeito e Coalizão do Governador	0.0113 (0.0260)	0.0372 (0.0828)	0.0260 (0.0798)
Idade do Prefeito	0.00325** (0.00149)	-0.00405 (0.00473)	-0.00729 (0.00469)
Escolaridade do Prefeito	0.00642 (0.00755)	-0.00562 (0.0287)	-0.0121 (0.0277)
Sexo	-0.00687 (0.0482)	-0.290 (0.179)	-0.283 (0.173)
Receita Própria	1.157*** (0.153)	2.226*** (0.480)	1.069** (0.419)
Gasto Pessoal	1.909*** (0.0656)	1.550*** (0.128)	-0.358*** (0.124)
Liquidez	0.640*** (0.0276)	0.579*** (0.0730)	-0.0599 (0.0675)
Custo da Dívida	-1.174*** (0.0806)	0.285* (0.171)	1.459*** (0.163)
Investimento	-0.936*** (0.0350)	2.956*** (0.0926)	3.892*** (0.0891)
Taxa de Analfabetismo	-0.0273*** (0.00918)	-0.215*** (0.0383)	-0.188*** (0.0368)
Mortalidade	-0.0150*** (0.00338)	-0.117*** (0.0128)	-0.102*** (0.0120)
População Economicamente Ativa	-0.269 (0.280)	1.411* (0.800)	1.681** (0.762)
Constante	121.0*** (8.867)	30.33 (33.04)	-90.61*** (31.61)
R-quadrado	0.119	0.174	0.213
ANO	SIM	SIM	SIM

Nota: Erro padrão entre parênteses. * $p < 0.10$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

A Tabela 4 apresenta os resultados utilizando-se todas as variáveis de controle descritas acima para o Teste 1, Teste 2 e Teste 3. Os resultados indicam que municípios em que os prefeitos são de primeiro mandato e que possuem expectativas de reeleição (G1) tendem a aumentar as despesas e as receitas primárias municipais em uma proporção de 0.10% e 0.16% do Produto Interno Bruto municipal, respectivamente. No entanto, como o efeito no resultado primário também foi positivo, infere-se do resultado que o aumento da despesa foi coberto com o aumento da receita, resultando em um superávit primário. Desse modo, o efeito positivo sobre o resultado primário sugere que prefeitos com expectativas de reeleição apresentam uma política fiscal mais sustentável com a geração de receitas em volume suficiente para cobrir as despesas sem comprometer sua capacidade de administrar a dívida existente. Esse resultado está de acordo com

Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005) que concluíram que quando há possibilidade de reeleição, o prefeito é mais responsável com a política fiscal do município pois ele terá que arcar com o ônus futuro de um endividamento público. No entanto, os municípios cujos prefeitos de primeiro mandato não pleitearam a renovação do cargo eletivo não apresentam coeficientes significativos, de modo que podemos inferir que esse grupo de prefeitos age de forma semelhante aos prefeitos em segundo mandato no que diz respeito ao superávit primário.

No que tange ao conjunto de variáveis com características políticas, notou-se um resultado bastante significativo da variável ideologia para o Teste 2 e para o Teste 3, indicando que quanto mais de direita, maiores serão suas receitas e suas despesas. No entanto a ideologia não mostrou um efeito significativo no resultado primário. As variáveis referentes aos alinhamentos políticos entre os níveis de governo mostram que os prefeitos cujo partido pertence à coalizão de partidos do presidente apresentam um efeito positivo no resultado primário e também nas despesas e receitas primárias. Dessa forma, pode-se inferir que prefeitos alinhados politicamente com o Executivo federal possuem uma receita primária mais alta, possivelmente em função de transferências voluntárias – como argumentado por Ferreira e Bugarin (2005; 2007) e Bugarin e Marciniuk (2016) - e uma despesa primária mais baixa.

Do conjunto de variáveis que apresentam as características particulares dos prefeitos, é interessante o resultado sobre a variável idade, que é estatisticamente significativa e apresenta um sinal positivo no resultado primário, sugerindo que prefeitos com mais idade são, em média, mais prudentes com o controle das contas municipais. Note que a variável não possui significância estatística nas regressões desagregadas referentes às receitas e às despesas primárias.

Com relação ao conjunto das variáveis que representam o controle institucional, notamos que, com exceção ao parâmetro referente aos limites do custo da dívida e aos gastos com investimentos, todas as variáveis apresentam efeitos positivos e bastante significativos nos modelos, indicando que desempenhos melhores em indicadores de limites fiscais refletem em melhores resultados nas contas primárias municipais. O parâmetro associado ao indicador de autonomia municipal apresenta um efeito positivo no Teste 1 e nas regressões de suporte, Teste 2 e Teste 3, indicando que municípios com maior autonomia orçamentária, além de terem um aumento nas receitas, conseguem aumentar seus gastos, no entanto são mais comprometidos com a sustentabilidade fiscal. Em média, um aumento de 1% no índice indica um aumento de 1,15% no resultado primário para os municípios com prefeitos de primeiro mandato. Com relação aos indicadores relativos às dívidas, nota-se que o de curto prazo (indicador de liquidez) se demonstra positivo e o aumento de um ponto percentual no indicador reflete em 0,64% no resultado primário pelo Produto Interno Bruto. Diferentemente, o indicador de custos da dívida de longo prazo indica que quanto mais o município se preocupa com o pagamento dos juros da dívida e tenta deixar tais contas em dia, um efeito negativo é refletido no Teste 1.

Do indicador de investimentos pode-se inferir que quanto mais o município se preocupa com gastos com investimentos de capital, mais isso se reflete negativamente no indicador de resultado primário. Quanto mais sustentável é o município neste quesito, o reflexo no Teste 2 é menor do que no Teste 3, implicando em um efeito negativo nas contas de resultado primário municipal.

Com relação ao grupo das características municipais e temporais, a variável analfabetismo apresenta resultados bastante interessantes. Nota-se que quanto maior é a taxa de analfabetismo, mais negativos são os efeitos nas despesas públicas e nas receitas públicas implicando em um efeito negativo no resultado primário. Nesse contexto, pode-

se sugerir que quanto maiores as taxas de analfabetismo mais problemas sociais são encontrados no município e menor é a captação de impostos pela prefeitura implicando em um efeito bastante negativo na receita. Efeito esse é maior do que o efeito na despesa primária, implicando em um coeficiente negativo para o indicador de resultado primário.

4.2 Análise de diferenças em diferenças

Nesta seção avalia-se o impacto da reeleição sobre a sustentabilidade fiscal dos municípios brasileiros utilizando-se o método das diferenças em diferenças (DD). Com a utilização desse método pretende-se eliminar alguns problemas de viés de variáveis omitidas não eliminadas com a aplicação dos modelos de painel clássicos.

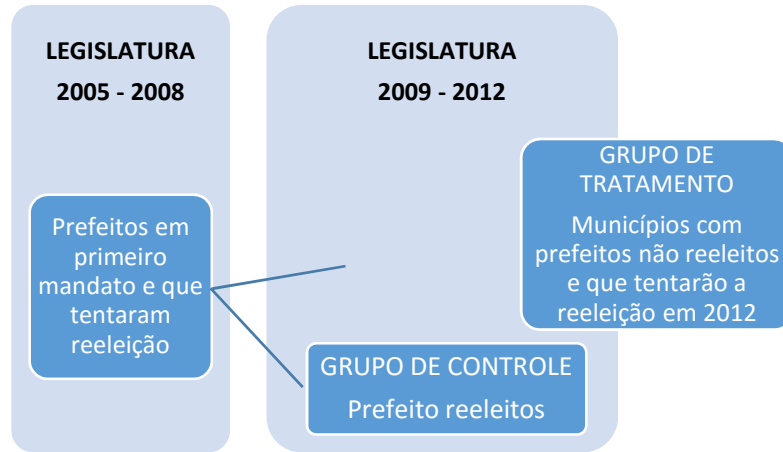
Um dos problemas que se pretende eliminar com esta estratégia empírica é a habilidade política dos prefeitos. A habilidade política individual é uma variável omitida ao modelo e que pode mascarar os resultados fiscais favorecendo os prefeitos de segundo mandato ao compararmos com os prefeitos de primeiro mandato. Dentre todos os eleitos, o subconjunto dos prefeitos de segundo mandato pode ser considerado um grupo seletivo de governantes pois estes já passaram por uma aprovação do eleitorado ao revelarem sua habilidade política (BASTOS, 2015).

A estimação desse efeito depende da construção de grupos de municípios comparáveis - grupo de tratamento e grupo de controle - e a estratégia de identificação desses grupos é baseada no trabalho de Ferraz e Finan (2010). Os autores propõem a comparação dos municípios com prefeitos de segundo mandato com os municípios com prefeitos de primeiro mandato que serão reeleitos na eleição subsequente. Esta estratégia pretende eliminar os prefeitos de primeiro mandato que possuam uma alta probabilidade de não possuírem boa habilidade política.

O tratamento serão as eleições municipais de 2008 e analisaremos a sustentabilidade fiscal para os dois grupos de municípios: os que possuem prefeitos de primeiro mandato e os de segundo mandato (grupo de tratamento e controle, respectivamente). Apesar de ser contra intuitivo, para evitar confusões com a seção anterior, optou-se por definir o grupo de tratamento como o grupo dos municípios com prefeitos de primeiro mandato e o grupo de controle como o grupo de municípios com prefeitos de segundo mandato.

Para a construção dos grupos de controle e de tratamento, a partir da relação de todos os prefeitos em exercício no ano de 2008, selecionou-se todos os prefeitos em primeiro mandato e que tentaram a reeleição. Dessa forma, o grupo de controle será composto pelos municípios de prefeitos reeleitos em 2008 e o grupo de tratamento será composto pelos prefeitos de primeiro mandato e que tentarão reeleição em 2012 (de acordo com a estratégia de Ferraz e Finan (2010)).

Figura 2 – Estratégia de identificação dos grupos de tratamento e controle



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com esse método, o impacto médio da reeleição na política fiscal subnacional será calculado pela comparação da mudança do resultado primário nos municípios de tratamento com a mudança do resultado primário do grupo de controle. Os mesmos municípios são observados em cada período (2008 e 2012), e o resultado médio do grupo de controle é subtraído do resultado médio do grupo de tratamento para se chegar ao efeito do tratamento. Assim, em termos de produtos potenciais, o estimador de diferenças em diferenças é dado por:

$$\delta^{DD} = E(y_{1iT_1} - y_{0iT_0} | D = 1) - E(y_{1iT_1} - y_{0iT_0} | D = 0) \quad (7)$$

Na equação (7), δ^{DD} é o efeito médio do resultado primário, D é a variável binária que assume valor 1 para os municípios em que o prefeito está no seu primeiro mandato e 0 para os municípios no grupo de controle.

O valor do resultado primário observado nos municípios é Y_{it} em que T_0 é o ano de 2008, período pré tratamento, e T_1 é o ano de 2012, período pós tratamento.

$$Y_{it} \begin{cases} y_{0iT_0}: G = 0, T = T_0 \\ y_{0iT_0}: G = 1, T = T_0 \\ y_{0iT_1}: G = 0, T = T_1 \\ y_{1iT_1}: G = 1, T = T_1 \end{cases}$$

O método de DD pode ser utilizado para recuperar o impacto do programa sobre os municípios tratados desde que assegurada a hipótese de identificação, segundo a qual o grupo de tratamento teria, na ausência do tratamento, a mesma trajetória do grupo de controle:

$$E(y_{0iT_1} - y_{0iT_0} | D = 1) = E(y_{0iT_1} - y_{0iT_0} | D = 0)$$

Por essa hipótese tem-se que as características não observáveis que afetam a reeleição dos prefeitos são invariantes no tempo, o que garante que eventuais desvios das trajetórias podem ser atribuídos ao tratamento.

A implementação do modelo DD será feita através da estimação do modelo de regressão abaixo:

$$\begin{aligned}
& \text{Resultado Primário}_{it} \\
& = \alpha_0 + \alpha_1 G1 + \alpha_2 * T + \alpha_3 * G1 * T + \gamma \text{Pessoais}_{it} \\
& + \delta \text{Outras Políticas}_{it} + \theta \text{Institucionais}_{it} + \mu \text{Sociais}_{it} + e_{it}
\end{aligned}
\tag{8}$$

Em que o subscrito i ($i=1,2,...,n$), $G1$ é variável binária, que assume valor 1 caso município em que o prefeito seja de primeiro mandato (tratado) e 0 caso contrário; e T é a variável de tempo, que assume valor 1 no período pós eleição de 2008 (pós tratamento) e 0 para o período pré-eleição de 2008 (pré-tratamento).

O banco de dados utilizado para os testes é composto de um painel de 3651 municípios observados nos anos 2008 e 2012. Em 2008, 1661 cidades possuíam prefeitos de primeiro mandato e tentaram a reeleição em 2012 (grupo de tratamento), e 1989 possuem prefeitos de segundo mandato (grupo de controle). O teste de diferença de médias foi aplicado e identificou-se que os dois grupos são significativamente diferentes ($F(19, 17560)=125,34$ e $\text{Prob}>F=0$).

A Tabela 3.4 contém os resultados para o modelo de diferenças em diferenças (DID) e os modelos de diferenças em diferenças quantílica para os quantis 25%, 50%, 75% e 90%.

De acordo com o resultado do teste de equivalência de coeficientes, a hipótese nula foi rejeitada, indicando que os coeficientes são diferentes. O modelo de resultado primário, apesar de apresentar impactos positivos e bastante significativos, nota-se que os coeficientes são bastante próximos. Mas mesmo assim, o resultado de que prefeitos em primeiro mandato são mais cuidadosos com a política fiscal municipal se sustenta. Os resultados para os Testes 2 e 3 não apresentaram significância estatística e por isso não foram apresentados na tabela abaixo.

Tabela 5 – Resultados da metodologia de diferenças em diferenças

Estratégias	Resultado Primário
DID-OLS	0.374*** (0.102)
DID-25%	0.287*** (0.0721)
DID-50%	0.313*** (0.0596)
DID-75%	0.400*** (0.0681)
DID-90%	0.363*** (0.14)
Covariadas	SIM

Fonte. Elaborado pela autora.

Nota: Erro padrão entre parênteses *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

5. Conclusão

Os resultados apresentados neste capítulo reforçam os resultados dos modelos de controle eleitoral e contradizem os receios de abuso dos gastos públicos em caso de reeleição. Pelo contrário, os resultados encontrados indicam que prefeitos em primeiro mandato com expectativas de reeleição apresentam uma política fiscal mais sustentável: geração de receitas em volume suficiente para cobrir as despesas sem comprometer sua capacidade de administrar a dívida existente.

Pode-se inferir dos resultados que os potenciais efeitos do fim da reeleição para cargos do Executivo sobre as finanças públicas subnacionais, pode ter o efeito adverso de reduzir ainda mais o já delicado equilíbrio das contas dos municípios. Essas evidências foram inferidas dos resultados dos modelos econométricos que mostram o efeito do mandato do prefeito sobre indicadores de sustentabilidade política e evidenciam um efeito positivo sobre o resultado primário.

Em suma, o presente trabalho chama a atenção para os efeitos nocivos potenciais do fim da reeleição sobre a política fiscal subnacional.

6. Bibliografia

ABRAMOWITZ, A. Name familiarity, reputation, and the incumbency effect in a congressional election. *The Western Political Quarterly* 28(4): 668-684. 1975.

ALBUQUERQUE C., MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. *Gestão de Finanças Públicas Fundamentos e Práticas de Planejamento*. Gestão Publica; Edição: 1 (2008)

ALESINA, A., TABELLINI, G. A Positive Theory of Fiscal Deficits and Government Debt. *Review of Economic Studies*, n. 57, 1990.

AVARTE, P. R; BIDERMAN, C. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BARRO, R. J. The control of politicians: An economic model. *Public Choice*, Volume 14, Number 1, Page 19. 1973

BESLEY, T. *Principled Agents? The Political Economy of Good Government*. London School of Economics and Political Science. 2006

BESLEY, T.; CASE A. Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence from gubernatorial term limits. *Quarterly Journal of Economics*, 3: 769-798, 1995.

BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 93, p. 09-21, July 2012.

BUGARIN. M. *Inequality and the Cost of Electoral Campaigns in Brazil and Japan*. Lap Lambert Academic Publishing, 2015.

COSSIO, F. A. B. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. *Economia*: 2(1), p. 207-258, 2001.

DATAFOLHA. REFORMA POLÍTICA PO813812. 2015.

FEREJOHN, J. Incumbent performance and electoral control. *Public Choice*, Volume 50, Number 1-3, Page 5. 1986.

FERRAZ, C. & FINAN, F. Electoral accountability and corruption in local governments: evidence from audit reports, *American Economic Review* 101(4), 1274–1311. 2010.

FERREIRA, I. F.S.; BUGARIN, M. S. “Transferências Voluntárias no Federalismo Fiscal Brasileiro: Efeito do Ciclo Fiscal de Meio de Mandato sobre as Eleições Municipais”, in: ESAF (org.): *Finanças Públicas: IX Prêmio Tesouro Nacional*, vol. IX: 221-278, Brasília: ESAF, 2005.

FERREIRA, I. F.S.; BUGARIN, M. S. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. *RBE*, v. 61 n.3/p. 271-300. Rio de Janeiro. 2007.

MARTELLO, A. Contas do setor público têm primeiro déficit da história em 2014. G1. Brasília, janeiro de 2015.

MENDES, G. Voto vista do ministro Gilmar Mendes. 2015. (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/voto-vista-do-ministro-gilmar-mendes-na-aime-761>. Acessado 31 agosto de 2015)

MENDES, M. Será a reforma a mãe de todas as reformas?. Brasil, Economia e Governo. 2014. (<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/07/15/sera-a-reforma-politica-a-mae-de-todas-as-reformas/>)

MENDES, M.; Rocha, C.A. A. O que reelege um prefeito? Textos para discussão Senado Federal. Brasília, 2004.

MENEGUIN, F.B.; BUGARIN, M.S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Revista de Economia Aplicada*, v.5, n.3, p. 601-622, 2001.

MENEGUIN, F.B.; BUGARIN, M.S.; CARVALHO, A.X.Y. O que leva um governante à reeleição? Textos para discussão nº1135, IPEA. 2005.

MENEZES, R. T. Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os Componentes de Despesa dos Municípios Brasileiros. In: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. (Org.). *Finanças Públicas: X Prêmio Tesouro Nacional* (2005).

NAKAGUMA, M.Y. & BENDER, S. A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos estados (1986-2002). *Economia Aplicada*, 10(3), p. 377-397, 2006.

NERY, P. F. A reeleição no executivo deve acabar? Brasil, Economia e Governo. 2013.

PELTZMAN, S. Voters as fiscal conservatives. *Quartely Journal of Economics*, n. 2, p. 327-361, 1992.

RAE, D.. Comment on Wildgen's "The measurement of hyperfractionalization". *Comparative Political Studies* 4 (Julho): 244-245. 1971.

ROUBINI, N.; SACHS, J.D. POLITICAL AND ECONOMIC DETERMINANTS OF BUDGET DEFICITS IN THE INDUSTRIAL DEMOCRACIES. *European Economic Review* 33 (1989) 903-938. North-Holland . 1989

SAKURAI, S. N. Superávit e déficit fiscal dos municípios brasileiros: uma aplicação do modelo de viés de seleção em painel

STONECASH, J. M. *Reassessing the Incumbency Effect*. Cambridge University Press. 2008.

WOOLDRIDGE, J. *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 2002.